



Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás.

Acessibilidade informacional em bibliotecas universitárias: práticas inclusivas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Information Accessibility in University Libraries: inclusive practices aligned with the Sustainable Development Goals

Paulo Cunha – Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – pcunha3@yahoo.com.br

Resumo: A acessibilidade informacional constitui elemento fundamental para a democratização do conhecimento nas bibliotecas universitárias. O estudo tem como objetivo analisar a prática de acessibilidade informacional desenvolvida na Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, relacionando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória, baseada em estudo de caso. Os resultados evidenciam que a combinação entre tecnologias assistivas e mediação da informação favorece a inclusão e amplia o acesso ao conhecimento. Conclui-se que a acessibilidade constitui prática social, educativa e ética, alinhada aos princípios de equidade da Agenda 2030.

Palavras-chave: Acessibilidade informacional. Bibliotecas universitárias. Tecnologias assistivas. Inclusão. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: Information accessibility is a fundamental element for the democratization of knowledge in university libraries. This study aims to analyze the information accessibility practices developed at the Santa Mônica Central Library of the Federal University of Uberlândia, relating them to the Sustainable Development Goals. The research is qualitative and exploratory in nature, based on a case study approach. The findings show that the combination of assistive technologies and information mediation promotes inclusion and broadens access to knowledge. It is concluded that accessibility constitutes a social, educational, and ethical practice, aligned with the principles of equity established in the 2030 Agenda.

Keywords: Information Accessibility. University Libraries. Assistive Technologies. inclusion. Sustainable Development Goals.



1 INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso à informação tem se configurado como um dos principais desafios contemporâneos no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, especialmente quando se considera a necessidade de inclusão de públicos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a acessibilidade informacional emerge como princípio estruturante para a construção de ambientes educativos mais equitativos e democráticos.

As bibliotecas universitárias, enquanto espaços sociotécnicos de produção, mediação e disseminação do conhecimento, desempenham papel estratégico na garantia do acesso à informação em suas múltiplas dimensões. Entretanto, conforme argumenta Freire (2005), o acesso ao conhecimento não se limita à sua disponibilização, sendo necessário garantir condições para sua apropriação crítica pelos sujeitos.

Tal perspectiva dialoga com os princípios estabelecidos na Lei nº 15.388/2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), ao enfatizar a formação crítica, cidadã e inclusiva dos estudantes. Além disso, articula-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 4, o ODS 10 e o ODS 16 (Brasil, 2026) (ONU, 2022).

A acessibilidade informacional constitui um direito fundamental assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que estabelece, em seu Capítulo VI, o direito ao acesso à informação e à comunicação em formatos acessíveis, de modo a garantir autonomia, participação social e igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a prática de acessibilidade informacional desenvolvida na Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), relacionando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A acessibilidade informacional pode ser compreendida como o conjunto de condições que possibilitam a todas as pessoas o acesso, a compreensão e o uso da informação de forma autônoma e significativa. (Freire, 2005) Essa perspectiva amplia a noção tradicional de acessibilidade, que historicamente esteve associada apenas às barreiras físicas, incorporando dimensões cognitivas, tecnológicas e comunicacionais.



A acessibilidade informacional compreende o conjunto de estratégias, recursos e práticas que possibilitam o acesso, a compreensão e o uso da informação por todos os sujeitos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Essa concepção amplia o entendimento tradicional de acessibilidade, incorporando dimensões tecnológicas e pedagógicas (Kenski, 2012) e dialogando com a perspectiva de acessibilidade comunicacional proposta por Sasaki (2010), que a compreende como condição essencial para a participação plena e equitativa das pessoas na sociedade.

No campo da Ciência da Informação, a mediação informacional assume papel central nesse processo. Conforme destaca Lévy (1999), a construção do conhecimento ocorre em rede, sendo fundamental a existência de mecanismos que favoreçam a interação entre sujeitos e sistemas informacionais. Nesse contexto, as tecnologias assistivas configuram-se como instrumentos fundamentais para a promoção da inclusão, permitindo que pessoas com deficiência tenham acesso a conteúdos informacionais em diferentes formatos.

De acordo com Kenski (2012), o uso das tecnologias na educação deve estar orientado por princípios de inclusão e equidade, garantindo que todos os sujeitos possam participar dos processos formativos. A articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reforça o compromisso social da área, ao evidenciar que a acessibilidade informacional está diretamente relacionada à promoção da justiça social e da cidadania.

No âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, a acessibilidade informacional tem sido progressivamente compreendida como um princípio estruturante para a promoção da equidade no acesso ao conhecimento. Tal perspectiva ultrapassa a dimensão técnica dos sistemas de informação, incorporando práticas institucionais voltadas à inclusão, à mediação e à democratização do saber (Freire, 2005).

Nesse contexto, iniciativas desenvolvidas em bibliotecas universitárias evidenciam avanços significativos na implementação de modelos inclusivos, alinhados às diretrizes contemporâneas de responsabilidade social e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um exemplo relevante nesse cenário é a experiência da Biblioteca Central Santa Mônica, que dispõe de um espaço especializado em



acessibilidade informacional, destinado a estudantes, técnicos administrativos e à comunidade externa.

O objetivo central desse ambiente é facilitar o acesso à informação por pessoas com deficiência, por meio da oferta de tecnologias assistivas e do suporte qualificado dos profissionais da informação. Além disso, o espaço também atende pesquisadores da área de acessibilidade, ampliando sua função para além do atendimento, configurando-se como ambiente de produção e disseminação de conhecimento.

Entre os recursos disponíveis, destacam-se equipamentos como ampliadores eletrônicos, digitalizadores com leitura por voz, linha Braille, lupas eletrônicas, scanners adaptados, teclados com caracteres ampliados e terminais com *softwares* leitores de tela, os quais possibilitam diferentes formas de acesso e interação com a informação. Tais tecnologias assistivas desempenham papel fundamental na eliminação de barreiras informacionais, contribuindo para a autonomia dos usuários e para a efetivação do direito à informação.

Adicionalmente, observa-se que o funcionamento desse espaço está pautado no livre acesso às comunidades interna e externa, aliado à atuação do Setor de Referência, cujos profissionais encontram-se capacitados para orientar e mediar o uso dos recursos disponíveis. Essa articulação entre infraestrutura tecnológica e mediação humana reforça a compreensão de que a acessibilidade informacional constitui uma prática sociotécnica, que envolve tanto dispositivos quanto processos formativos.

Dessa forma, iniciativas como a da Biblioteca Central Santa Mônica evidenciam a materialização, no âmbito institucional, de princípios alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere à promoção da educação inclusiva, à redução das desigualdades e ao fortalecimento de instituições comprometidas com o acesso equitativo à informação. Assim, a acessibilidade em bibliotecas universitárias consolida-se como dimensão essencial para a construção de ambientes informacionais mais justos, participativos e democráticos.

1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e acessibilidade informacional

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030, constituem um conjunto de 17 objetivos voltados à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada (ONU, 2022). No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação,



os ODS apresentam estreita relação com a democratização do acesso ao conhecimento e com a redução das desigualdades.

No contexto deste estudo, destacam-se especialmente o ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade; o ODS 10, voltado à redução das desigualdades; e o ODS 16, que contempla o fortalecimento de instituições inclusivas e o acesso público à informação. Assim, as práticas de acessibilidade informacional desenvolvidas pela Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia evidenciam a contribuição das bibliotecas universitárias para a concretização dos princípios da Agenda 2030.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, utilizando o estudo de caso como estratégia metodológica. Essa abordagem permite compreender, de forma aprofundada, práticas específicas de acessibilidade em um contexto institucional. O campo empírico da pesquisa é a Biblioteca Central Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, que dispõe de um espaço acessível equipado com tecnologias assistivas voltadas ao atendimento de usuários com deficiência (UFU, 2018).

A coleta de dados baseou-se na análise descritiva do espaço, de seus recursos tecnológicos e das práticas de atendimento desenvolvidas pelos profissionais da informação. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando estabelecer relações entre as práticas observadas, os fundamentos teóricos da acessibilidade informacional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2022).



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicam que a Biblioteca Central Santa Mônica apresenta uma infraestrutura significativa voltada à promoção da acessibilidade informacional, destacando-se pela oferta de tecnologias assistivas, como leitores de tela, linha Braille, ampliadores eletrônicos e scanners adaptados. Esses recursos contribuem para a ampliação do acesso à informação, promovendo maior autonomia aos usuários com deficiência.

No entanto, conforme ressalta Freire (2005), o acesso à informação só se efetiva plenamente quando há condições para sua compreensão crítica, o que evidencia a importância da mediação realizada pelos profissionais da informação. Nesse sentido, observa-se que o setor de referência desempenha papel fundamental, ao oferecer suporte técnico e orientação aos usuários, garantindo o uso adequado dos recursos disponíveis. Essa atuação reforça a compreensão de que a acessibilidade envolve não apenas tecnologias, mas também práticas humanas e pedagógicas (Freire, 2005; Kenski, 2012).

A partir da análise do modelo implementado na UFU, torna-se possível inferir que outras bibliotecas universitárias podem adotar estratégias semelhantes, respeitando suas especificidades institucionais. A replicabilidade desse modelo não depende exclusivamente de investimentos de grande porte, mas, sobretudo, de uma mudança de perspectiva institucional, que reconheça a acessibilidade como direito informacional e como eixo estruturante das políticas bibliotecárias.

Nesse contexto, recomenda-se que as bibliotecas que buscam avançar em práticas inclusivas considerem ações como: a criação de espaços acessíveis equipados com tecnologias assistivas; a capacitação contínua dos profissionais da informação para o atendimento inclusivo; a integração entre setores institucionais; e a ampliação da divulgação dos serviços de acessibilidade. Além disso, é fundamental que tais iniciativas sejam incorporadas às políticas institucionais, garantindo sua sustentabilidade e continuidade.



Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de compreender a acessibilidade como um processo dinâmico e em constante atualização, acompanhando o desenvolvimento tecnológico e as demandas dos usuários. Assim, mais do que replicar equipamentos, é essencial que as bibliotecas adotem uma abordagem centrada no usuário, baseada na escuta, na mediação e na construção coletiva de soluções (Lévy, 1999).

A análise também evidencia a consonância das ações desenvolvidas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere à promoção da educação inclusiva, à redução das desigualdades e ao fortalecimento de instituições comprometidas com o acesso à informação (ONU, 2022). Dessa forma, o modelo da UFU configura-se como uma prática exitosa que pode inspirar outras instituições a avançarem na construção de ambientes informacionais mais acessíveis, inclusivos e socialmente comprometidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade informacional em bibliotecas universitárias configura-se como elemento essencial para a promoção da inclusão e da equidade no acesso ao conhecimento. O estudo evidenciou que a experiência da Biblioteca Central Santa Mônica representa um avanço significativo nesse campo, ao integrar tecnologias assistivas e práticas de mediação da informação, contribuindo para a autonomia dos usuários e para a democratização do saber.

Destaca-se, ainda, o reconhecimento institucional dessa iniciativa, evidenciado pela premiação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia na categoria “Acessibilidade”, com o projeto “Espaço Biblioteca de Tecnologias Assistivas”, no contexto de um conjunto de propostas inovadoras desenvolvidas por alunos e servidores da instituição. Tal reconhecimento reforça a relevância social e acadêmica das ações implementadas, ao mesmo tempo em que evidencia o potencial das bibliotecas como espaços de inovação e transformação social.

Esse resultado corrobora a compreensão de que a acessibilidade em bibliotecas não se limita à disponibilização de recursos tecnológicos, mas envolve uma dimensão estratégica, institucional e formativa, alinhada às demandas contemporâneas por inclusão e justiça social. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias reafirmam seu papel



como ambientes sociotécnicos comprometidos com a promoção da equidade informacional. Embora o presente estudo tenha se concentrado na análise das práticas institucionais e dos recursos disponibilizados pela Biblioteca Central Santa Mônica da UFU, reconhece-se a importância de incorporar, em pesquisas futuras, a perspectiva dos usuários e suas experiências com os serviços de acessibilidade, de modo a compreender mais amplamente os impactos dessas ações na inclusão e no acesso à informação.

Conclui-se, portanto, que a acessibilidade deve ser compreendida como uma prática contínua e integrada às políticas institucionais, articulando tecnologias, mediação e formação, em consonância com os princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o direito universal à informação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Biblioteca Universitária. **Acessibilidade**. Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: <https://bibliotecas.ufu.br/acessibilidade>. Acesso em: 22 abr. 2026.

